

GÊNERO E DISCURSO POLÍTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DE DILMA ROUSSEFF DURANTE O PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

GENDER AND POLITICAL SPEECH IN BRAZIL: A DISCURSIVE ANALYSIS OF DILMA ROUSSEFF'S MEDIA REPRESENTATIONS DURING *THE IMPEACHMENT* PROCESS

THAINÁ DA COSTA LIMA
Universidade Federal da Paraíba
thaii.dacosta@gmail.com

AMANDA BRAGA
Universidade Federal da Paraíba
braga.ufpb@hotmail.com

Este artigo tem por objetivo analisar os procedimentos discursivos utilizados pela grande mídia para produzir efeitos de sentido em relação à representação de Dilma Rousseff no período de dezembro de 2015, quando se inicia o processo de *impeachment*, até seu afastamento, em agosto de 2016. O intuito é partir da análise de capas das revistas *IstoÉ* e *Carta Capital* para investigar como Dilma Rousseff foi representada em condições de produção diferentes e de que modo os efeitos de sentido produzidos pela mediação tentaram atuar no imaginário social em um momento de turbulência, crise e dicotomia política. Como resultado, partindo de uma Análise do Discurso derivada das discussões de Michel Foucault, foi possível observar como a *IstoÉ* sustentou e reproduziu vontades de verdades forjadas pelo patriarcado na tentativa de deslegitimar a presença de uma mulher na presidência de um país, e como a *Carta Capital* ofereceu voz à Dilma Rousseff a partir da materialização de seu discurso e de um trabalho fotográfico que imprimia o efeito de injustiça relacionado ao processo.

Palavras-chave: Discurso, gênero, mídia

This article aims to analyze the discursive procedures used by the mainstream media to produce meaning effects in relation to the representation of Dilma Rousseff in the period of December 2015, when the impeachment process begins, until her removal in August 2016. The intention is to start from the cover analysis of *IstoÉ* and *Carta Capital* magazines to investigate how Dilma Rousseff was represented in different production conditions and how the effects of meaning produced by mediatization tried to act in the social imaginary in a moment of turbulence, crisis and dichotomy. politics. As a result, based on a Discourse Analysis derived from Michel Foucault's discussions, it was possible to observe how the *IstoÉ* upheld and reproduced the wills of truths forged by the patriarchy in an attempt to

delegitimize the presence of a woman in the presidency of a country, and how the *Carta Capital* offered a voice to Dilma Rousseff from the materialization of her speech and a photographic work that prints the effect of injustice related to the process.

Keywords: Discourse, gender, media

Recibido: 15 enero 2020

Aceptado: 17 marzo 2020

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar os procedimentos discursivos utilizados pela grande mídia para produzir efeitos de sentido relacionados à representação de Dilma Rousseff no período de dezembro de 2015, quando se inicia seu processo de *impeachment*, até seu afastamento, em agosto de 2016. Para tanto, propõe-se uma análise de capas das revistas *IstoÉ* e *Carta Capital* a fim de investigar o modo como a grande mídia produziu as representações da então presidenta, tendo em vista que “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua realidade concreta” (Gregolin 2007: 16). Assim, a questão a ser colocada diz respeito ao modo como esses enunciados foram veiculados pela grande mídia, isto é, o modo como aquilo que foi dito está representado, está descrito pelos suportes midiáticos.

A importância, bem como a relevância da pesquisa ora proposta é, por um lado, responder às atuais demandas dos estudos do discurso, trazendo à baila questões que dizem respeito a problemáticas contemporâneas, como a atual composição do discurso político, bem como a instância do gênero no interior da análise do discurso político e das mídias. E, por outro lado, oferecer a possibilidade de compreender os modos de produção, seleção e distribuição dos discursos no atual cenário político brasileiro (clivado em suas rupturas políticas e sociais), colocando em jogo as posições discursivas e ideológicas que se encontram em incessante confronto, na luta pela palavra.

Partindo do pressuposto de que é necessário considerar o gênero, antes de tudo, como “uma maneira primeira de significar as relações de poder” (Scott 1988: 141, tradução nossa), como hipótese de estudo, acredita-se chegar ao jogo atualmente instaurado entre tentativas de inclusão e exclusão da mulher no cenário político: se há certo consenso no que se refere ao direito feminino de emancipação, representação e paridade política, há, do mesmo modo, uma resistência a esses novos lugares de pertencimento, instaurada a partir de procedimentos internos e externos de exclusão (Foucault 2004).

A escolha do *corpus*, cujo recorte é composto por capas das revistas *IstoÉ* e *Carta Capital*, se deu em virtude da grande polarização política em que se encontrava o país durante o intervalo temporal proposto pela pesquisa: de dezembro de 2015, quando se inicia o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, até o afastamento da presidenta, em agosto de 2016. O objetivo foi selecionar uma revista alinhada aos discursos da direita e outra alinhada aos discursos da esquerda, tendo em vista que elas fazem parte das quatro revistas de cunho político de maior circulação do país, junto com a *Veja* e a *Época*.

Para alcançarmos o objetivo deste trabalho, foi necessário, primeiramente, fazermos um levantamento das capas publicadas pelas revistas (*IstoÉ* e *Carta Capital*) durante o período

anteriormente especificado. A *IstoÉ* publicou 38 revistas, em 18 delas Dilma Rousseff foi mencionada e representada na capa. Diante deste número, selecionamos as três capas mais representativas de cada momento específico do processo de *impeachment*, a fim de não tornar as análises repetitivas. Já a *Carta Capital* publicou 39 revistas nesse período, das quais apenas três traziam Dilma Rousseff na capa; todas foram selecionadas para o *corpus* desta pesquisa.

2. ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Tendo em vista o objetivo geral da pesquisa ora proposta, qual seja, a análise dos enunciados que pautam a presença feminina no cenário político do Brasil contemporâneo, tornar-se imperativa, aqui, tanto a discussão da base teórico-metodológica que nos oferece a possibilidade de analisar o discurso político contemporâneo; quanto a discussão acerca da problemática do gênero, mais precisamente sobre seu papel na organização do cenário político e, conseqüentemente, das relações de poder no Brasil atual.

No que concerne à primeira preocupação, notadamente teórica, mas também temática, partimos da crítica feita por Courtine (2006) à Análise do Discurso no início da década de 90. Segundo o autor, naquele momento, a fim de manter sua produtividade, a Análise do Discurso teria de passar a considerar, em seus trabalhos, um discurso político que se apresentava com nova composição (para além da materialidade linguística). Isto porque os *corpora verbais* coletados e analisados na década de 60 estavam em mutação: o discurso político partidário já não se reduzia à linguagem verbal. As turbulências sociais, políticas e tecnológicas atribuíam nova configuração à mensagem política, a qual claramente incorporava, naquele cenário, a linguagem publicitária. A grande mídia tinha papel central nesse processo: instalava-se o reinado das imagens, de modo que os textos recebiam um tratamento sincrético e reclamavam a análise de suas imagens ao lado da análise de seus verbos (Courtine 2011).

No que diz respeito à segunda preocupação dessa pesquisa (a incorporação da questão do gênero nos estudos do discurso), fazendo uso da expressão utilizada por Coulomb-Gully e Rennes (2010), seria preciso dizer, primeiramente, que esta questão foi, durante muito tempo, um ponto cego da disciplina: ainda que a Análise do Discurso tivesse surgido, ao final daquela década de 60, enquanto uma disciplina política, supostamente capaz de desmistificar os discursos de poder, a questão do gênero não lhe pareceu, a princípio, produtiva (ou mesmo inerente). Apenas muito recentemente a Análise do Discurso e, mais particularmente, a análise do discurso das mídias, encontrou no gênero um elemento constitutivo do discurso político, passando a integrá-lo ao escopo do campo e a fazê-lo trabalhar em sua capacidade de aprofundamento das problemáticas (Coulomb-Gully 2014).

3. FEMINISMO E A DESBIOLOGIZAÇÃO DE GÊNERO

O patriarcado historicamente produziu e cristalizou relações assimétricas, sobretudo violentas, de gênero. Além de fazê-lo, essa ideologia, através de um discurso biologizante,

naturalizou as práticas de violência contra a mulher, massificando a ideia de que mulheres são naturalmente frágeis, incompletas, emocionais, mães, esposas, submissas, criadas para a vida privada etc. Ao utilizar o processo biologizante, valendo-se das diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres para legitimar os estereótipos criados discursiva e culturalmente em específicas condições de produção, o patriarcado tornou os papéis de gênero e as violências inquestionáveis, já que não se pode fugir da biologia e da natureza.

Simone de Beauvoir (1967b: 10) afirma que “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. A ordem masculina apresenta-se como essencial, o Sujeito que dispensa justificação e comparação com o Outro. Já o sexo feminino, sem a existência do Sujeito, não consegue se constituir, pois é na relação de comparação com o Absoluto que a existência desse sexo é evidenciada a partir das diferenças entre eles, estabelecendo relação de “ausência de qualidades” e “qualidades”. Essa ideia, forjada pelo patriarcado, apresenta que, em uma sociedade essencialmente masculina e pensada unicamente por homens, a mulher torna-se o Outro, e diferenças biológicas, identificadas a partir de comparações, durante séculos, foram utilizadas como justificativa para a cristalização de identidades específicas de gênero. Por exemplo: mulheres foram tidas como frágeis e emocionais e homens como fortes e racionais.

Uma das inúmeras consequências da absorção dessa ideologia foi a negação de lugares de poder para as mulheres. Como toda a racionalidade foi destinada aos homens, todos os espaços públicos, sobretudo os de poder, foram ocupados por eles. Mulheres foram tidas como naturalmente emocionais, portanto, quase sempre desequilibradas e destinadas ao casamento, ao lar, à maternidade, ao espaço privado. Deste modo, todas as decisões políticas, sociais e jurídicas foram produzidas e legitimadas por homens, que reproduziram e reforçaram ainda mais as assimetrias de gênero. Consequência essa que ainda se apresenta nos dias atuais através da baixa representatividade de mulheres principalmente na política.

Para resistir a essa vontade de verdade criada pela ideologia patriarcal e impulsionar outra identidade feminina, nasce o feminismo no século XIX: um movimento, essencialmente político, que luta pelo fim das relações assimétricas de gênero. Foi através dos debates evidenciados a partir do enfrentamento desse movimento, que a questão de identidades dedicadas às mulheres foi sendo questionada, principalmente na segunda onda, que foi o momento em que as feministas colocaram em xeque a ideologia biologizante de gênero e o encararam como um processo discursivo, social e cultural. Desmistificando, portanto, o determinismo biológico que cristalizou identidades para mulheres e homens.

Segundo Simone de Beauvoir (1967b: 9), “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. No livro *O segundo sexo*, no qual essa frase está presente, a filósofa encara o gênero como uma construção discursiva, social e cultural e busca, com isso, superar a perspectiva do determinismo biológico que, durante séculos, destinou aos sexos identidades “imutáveis” que resultaram em relações de poder excludentes, violentas e de dominação estrutural entre homens e mulheres.

A teoria feminista e os debates levantados por Simone de Beauvoir nos serve de aporte teórico porque nos apresenta a transgressão histórica que se concretizou através da ascensão de Dilma Rousseff à presidência do Brasil e, principalmente, nos permite enxergar de que maneira os discursos massificados pela grande mídia brasileira, através da reprodução do machismo e da misoginia, legitimou ou não uma mulher ocupando o maior espaço de poder de uma democracia representativa.

4. A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DE DILMA ROUSSEFF NA MÍDIA BRASILEIRA DURANTE O PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

4.1. A revista *IstoÉ*

A *IstoÉ* é uma revista semanal brasileira, que se caracteriza como sendo *a mais combativa revista semanal de informação e interesse geral do Brasil e independente*¹, que circula no país desde 1976. Apesar da tentativa de se caracterizar como neutra e imparcial, historicamente a *IstoÉ* produziu discursos impulsionados por uma formação discursiva majoritariamente de direita.



Figura 1. Capa da *Carta Capital* edição n. 2401 (dezembro de 2015)

Ao analisarmos os efeitos de sentido produzidos pela articulação entre enunciados, cores e imagens, podemos observar como a revista *IstoÉ*, na edição 2401, publicada em dezembro de 2015, mês em que o processo de golpe foi aberto na câmara, tentou concretizar, discursivamente, o afastamento da até então Presidenta da República. Além disso, buscou fazer emergir debates pautados no fato do afastamento dela ser justo e inquestionável, não abrindo espaço, portanto, para o questionamento da legalidade do processo.

Um dos enunciados materializados na capa é “O que falta para ela sair?”. Ao levantar esse questionamento, que trata de uma pergunta retórica, a revista produz um efeito de sentido que

¹ Texto retirado do site da revista: <<https://istoe.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

nos apresenta que o processo possui todas as justificativas legais para legitimar o afastamento da presidenta, mais uma vez, portanto, reforçando a ideia do golpe respeitar a constituição. Com a constante repetição da legalidade do *impeachment*, a revista busca se aproximar do ideal de “justiça” para o Brasil e se afastar da ideia segundo a qual o processo seria fruto de uma articulação política.

Outro enunciado presente na capa da edição 2401 é “empresários, líderes políticos até do PT e a maioria da população anseiam pela saída de Dilma e por um pacto nacional que resgate a credibilidade do País”. Mais uma vez, a *IstoÉ* buscou produzir efeitos de sentido que orientassem, diretamente, a perspectiva do leitor, interferindo, portanto, no imaginário social na tentativa de produzir um pensamento hegemônico e de unidade política e social para que, deste modo, não houvesse espaço para discursos contrários ao afastamento da presidenta já que em um sistema democrático a vontade da maioria prevalece. Esse discurso é sustentado ainda mais com o enunciado “líderes políticos até do PT”, pois demonstra que até os “aliados” de Dilma, neste momento de “crise” política, estavam favoráveis ao processo de “impeachment”.

A utilização do termo “presidente”, considerado “neutro” e comumente utilizado na língua portuguesa, define um posicionamento político-discursivo, como falam Vanice Sargentini e Israel Sá:

A eleição de Dilma Rousseff à Presidência da República no Brasil, em 2010, suscitou um embate político-discursivo que perpassou distintos aspectos, entre eles, e, sobretudo, a questão do gênero, uma vez que pela primeira vez uma mulher ascenderia ao posto mais alto da nação.

(Sargentini e Sá 2016: 179)

Quando a revista utiliza o termo “neutro” “presidente”, indo de encontro, com isso, ao desejo de Dilma de ser tratada como presidenta, ela se posiciona não só discursivamente, mas, principalmente, nas relações de poder que se materializam através da língua com a criação da norma de utilizar o masculino ou o “neutro” para generalizar e homogeneizar. A não utilização do termo “presidenta” configura, sobretudo, a deslegitimação de uma mulher no mais alto cargo político de um país.

Podemos analisar, nesta capa, o apagamento de Dilma Rousseff, representada pela sua silhueta em um plano de fundo vermelho, cor historicamente dedicada aos movimentos revolucionários de esquerda. Além de antecipar imageticamente o afastamento da presidenta, essa construção discursiva produz efeitos de sentido relacionados a ela. Dilma tem sua imagem representada apenas como uma sombra em segundo plano, de costas para a faixa presidencial, que está em primeiro plano e tem mais visibilidade, portanto, mais importância do que ela. Os dois são colocados em planos distintos e separados pela materialidade linguística que constrói sentido a partir da legitimação discursiva do golpe, conseqüentemente, parecem não pertencer mais ao mesmo campo discursivo.

Dilma, nesta capa, já não é mais presidenta do Brasil, não pertence mais a esse lugar de poder. Ela é colocada apenas como uma sombra na história do país. Essa articulação imagético-discursiva nos proporciona espaço para observarmos a força discursivo-social que a mídia tem de massificar discursos e criar consensos sobre a política no Brasil. E, com isso, de orientar o olhar da população para as “realidades” e “verdades” forjadas por ela.



Figura 2. Capa *IstoÉ* edição n. 2417 (abril de 2016)

Em 06 de abril de 2016, mês em que a câmara aprovou o prosseguimento do processo de “impeachment” no Senado, a revista *IstoÉ* publicou mais uma capa com a representação da até então presidenta do país Dilma Rousseff. Desta vez, além da materialização de discursos pertencentes à formação discursiva majoritariamente de direita, a revista apresenta discursos produzidos pela ideologia patriarcal que historicamente cristalizou relações excludentes e violentas de gênero.

A revista deslocou a imagem de Dilma comemorando um gol na copa de 2014 para o centro da capa da edição 2417 com o enunciado principal “as explosões nervosas da presidente”. Diante da articulação entre imagem e enunciados, podemos observar que os efeitos de sentido produzidos pelo discurso concretizado na *IstoÉ* materializam um fenômeno misógeno e machista chamado *gaslighting*.

Um dos pressupostos do movimento feminista, discutido nas últimas ondas, é a desmistificação da violência como sendo uma ação só física que incide diretamente sobre os corpos das mulheres. Foi a partir da emergência desse debate que o termo *gaslighting* foi incorporado pelas feministas. Este é um fenômeno que age na manutenção do discurso, produzido por relações de poder patriarcais, segundo o qual as mulheres são “loucas”, “emocionais”, “descontroladas” etc. É que, portanto, não são capazes de ocupar cargos de poder pois lhes faltam racionalidade e inteligência emocional.

Diante disto, somos capazes de observar que a revista *IstoÉ* cometeu *gaslighting* com a presidenta ao utilizar a imagem de Dilma em suposto descontrole para sustentar uma vontade de

verdade misógina e machista que deslegitima mulheres ocupando lugares de poder, pois materializa, discursivamente, a “incapacidade feminina”, tida como verdade durante séculos, de ser racional em situações de crise, principalmente de crise política.

Foucault (2004), nas discussões apresentadas em *A ordem do discurso*, nos apresenta que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm como função conjurar seus poderes e perigos” (Foucault 2004: 8-9). Um dos procedimentos aos quais Foucault faz referência é a oposição entre razão e loucura, que tem como efeito a exclusão do discurso do sujeito considerado louco. Sobre isso, vejamos:

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como os dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo.

(Foucault 2004: 10)

O patriarcado se utilizou dessa oposição entre razão e loucura para tentar determinar biologicamente homens e mulheres, caracterizando os primeiros como seres naturalmente racionais e os segundos como seres naturalmente emocionais. Como consequência dessa dicotomia criada, forjada discursivamente e sustentada por vontades de verdade misóginas, mulheres foram historicamente silenciadas e espaços de poder lhes foram negados em razão dessa tentativa de determinar mulheres como naturalmente descontroladas, loucas, não racionais.

Um dos enunciados materializados na edição 2417, logo abaixo do principal, é “em surtos de descontrole...”. Podemos observar como a articulação entre a imagem de Dilma, deslocada para a capa, e o enunciado transcrito anteriormente fazem emergir um discurso sustentado por relações de poder patriarcais e produzem efeitos de sentido machistas. A revista se utiliza do suposto desequilíbrio emocional da presidenta para deslegitimar sua permanência na presidência do país, pois depois da descrição das atitudes “descontroladas” da presidenta, a capa nos diz: “e perde ‘também’ as condições emocionais para conduzir o país”.

Esse processo discursivo de deslegitimação de uma mulher no mais alto cargo de poder de um país só foi possível de ser materializado pela revista porque historicamente mulheres foram tidas como “loucas”, “descontroladas”, “emocionais”, “irracionais” etc, portanto “incapazes” de ocupar espaços públicos, sobretudo de poder. Além disso, a deslegitimação de uma mulher no mais alto cargo de poder de um país também se apresenta através da utilização, assim como na edição anterior, do termo “neutro” “presidente”, pois o termo, sem definição de gênero, primeiramente silencia o desejo de Dilma de ser tratada como presidenta, e em segundo lugar expressa o posicionamento da revista no embate político-discursivo levantando por ela.

Diante disto, além de uma articulação discursiva politicamente bem situada para a deslegitimação de um dado governo, a revista reproduziu discursos misóginos para derrubar a presidenta Dilma Rousseff, utilizando-se do fenômeno chamado *gaslighting* para representá-la como “louca” e “descontrolada”, portanto, como um sujeito “incapaz” de continuar da presidência.



Figura 3. Capa *IstoÉ* edição 2421 (abril de 2016)

Ainda em abril de 2016, a revista *IstoÉ* publicou a edição 2421. Esta foi toda construída com a cor vermelha e traz os enunciados principais em amarelo e apresenta a imagem de Dilma, Lula e João Pedro Stédile e logo atrás deles bandeira da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), ambos movimentos sociais de esquerda.

As cores vermelho e amarelo fazem parte das bandeiras de esquerda, principalmente da bandeira do comunismo, e historicamente foram utilizadas pelos movimentos sociais por causa do seu valor simbólico e representativo. Na *IstoÉ*, a articulação entre essas duas cores produz efeitos de sentido completamente distintos dos produzidos pela esquerda.

Ao materializar Lula com uma expressão forte com o dedo indicador para cima, Dilma com a cabeça arqueada para cima e com a boca aberta como se tivesse dando um grito e João Pedro Stédile falando e logo atrás as bandeiras dos movimentos sociais de esquerda, tudo na cor vermelha, a revista quis aproximar seus efeitos de sentido da ideia da ameaça comunista usada para legitimar o golpe de Estado de 1964, o qual deu início à ditadura militar no Brasil.

A articulação entre as cores, as imagens e o enunciado principal “os sabotadores do Brasil” em amarelo corroboram ainda mais a ideia apresentada anteriormente. A revista, bem como a grande mídia, utilizara a cor vermelha, também utilizada pelo PT, para homogeneizar a esquerda na tentativa de tornar “petista” qualquer pessoa que se opõe ao projeto neoliberal e, além disso, de associar qualquer utilização do vermelho à ameaça comunista.

A articulação entre as expressões fortes dos líderes de esquerda com os enunciados efetivamente materializados na capa produz a ideia de ameaça e de que os movimentos sociais

sempre agem, politicamente, através da violência. O enunciado “prestes a deixar o poder, petistas apostam no quanto pior melhor e infernizam o País” é um exemplo disso. Além de corroborar a ideia de que a esquerda seria violenta, utilizam o termo “petista” para qualquer pessoa que se opõe ao golpe que estava sendo instaurado na tentativa de tornar qualquer opinião contrária como parcial e, por isso, sem valor constitucional.

Dilma Rousseff, nesta capa, é representada como uma das líderes da suposta “crise” política noticiada pela grande mídia e pelos políticos de oposição. Diferentemente da representação machista reproduzida pela edição 2417 da *IstoÉ*, aqui ela representa perigo e se apresenta como um sujeito racional capaz de articular, politicamente, seus aliados a ponto de se tornarem uma grande ameaça para a ordem social, econômica e política do país.

4.2. A revista *Carta Capital*

A *Carta Capital* é uma revista semanal brasileira, publicada pela Editora Confiança, e expressa que *pratica jornalismo em sua essência, crítico e transparente*² e circula no Brasil desde 1994. Semelhante ao que a grande mídia apresenta, a *Carta Capital* diz ser uma revista imparcial, entretanto, os discursos materializados por ela se localizam em uma formação discursiva majoritariamente de esquerda.



Figura 4. Capa da *Carta Capital* edição n. 901 (maio de 2016)

² Texto retirado do site da revista. <<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Em maio de 2016, mês em que o plenário do Senado aprova a instauração do golpe, por 55 votos a 22, e a presidenta foi afastada por 180 dias, a *Carta Capital* publica a edição 901. Nesta, Dilma Rousseff foi representada com o olhar voltado para o chão e dando passos para fora da fotografia materializada na revista. Além disso, podemos observar a cor vermelha bastante presente em toda a extensão da capa.

O fato de a presidenta ter sido representada com o olhar direcionado para o chão e com a cabeça arqueada para baixo constrói um efeito de sentido diferente da silhueta apresentada na edição 2401 da revista *IstoÉ*. Naquela capa, o silenciamento da presidenta, através da sua representação materializada apenas com sua sombra em um plano de fundo vermelho, mostrou o posicionamento favorável, da revista, ao processo de *impeachment*.

Já na capa da *Carta Capital*, podemos observar a atmosfera melancólica e triste produzida pela articulação imagético-discursiva construída pela revista. O afastamento da presidenta já estava concretizado pelos votos dos senadores, portanto, ao representar Dilma dando passos para além da fotografia da capa, com uma feição triste e decepcionada, a revista demarcou um lugar político-discursivo contrário à concretização do golpe no Senado. Dilma, aqui, não foi apagada ou silenciada, ao invés disso, a *Carta Capital* evidenciou às emoções dela, dando visibilidade ao seu posicionamento a favor da presidenta.

A construção do vermelho, cor historicamente utilizada como símbolo dos movimentos revolucionários de esquerda por representar o sangue da martirização da classe trabalhadora, nesta edição, não se apresentou na tentativa de fazer o público alvo associar, de forma negativa, a cor vermelha à ameaça comunista, procedimento utilizado pela grande mídia (impresa e digital) para categorizar, nessas condições específicas de produção, o Partido dos Trabalhadores. Ao invés disso, a revista utilizou a paleta de cores do vermelho para construir um efeito de sentido que fosse ao encontro do sentimento de pertencimento aos movimentos sociais de esquerda. O discurso por ela fabricado transfere para o vermelho o sentimento de tristeza, melancolia, de derrota da população brasileira e da esquerda, que também está representado na expressão de Dilma Rousseff.

Um dos enunciados principais materializados é “edição especial da crise” em letras garrafais. O discurso da “crise” da economia brasileira foi um processo político-discursivo, majoritariamente de direita, criado para deslegitimar o governo neodesenvolvimentista do PT e para forjar consensos para justificar a necessidade de um *impeachment* contra Dilma Rousseff. Portanto, a emergência desse discurso foi mais uma articulação midiática, sustentada pela oposição do governo e pelos empresários neoliberais, para massificar e hegemonizar o “fracasso” econômico e político da presidenta.

Para Michel Pêcheux, formação discursiva é um conjunto de discursos que constituem o sujeito e que determina “o que pode e deve ser dito” (Pêcheux 1997: 11) em condições históricas e ideológicas específicas e bem situadas. Ainda para esse autor, as fronteiras da formação discursiva são rígidas e fixas, ou seja, ele acredita que um discurso não pode apresentar duas formações discursivas ao mesmo tempo. Já Courtine (2009), em sua tese, no ano de 1981, discorda de Pêcheux e apresenta o fato das fronteiras da formação discursiva serem elásticas e que, sendo assim, um discurso pode pertencer e, portanto, ser materializado em duas formações discursivas distintas.

Ao apresentar como enunciado principal “edição especial da crise”, a revista exemplifica o que Courtine discorre sobre as fronteiras da formação discursiva. A *Carta Capital* é uma revista que produz seus discursos impulsionados por uma formação discursiva de esquerda. Diante disso, não se imaginou que a revista publicaria uma edição especial sobre a crise, discurso utilizado pela direita para legitimar o golpe. Portanto, ratifica-se o entendimento de Courtine de

que há uma certa elasticidade nas fronteiras da formação discursiva e, conseqüentemente, há a possibilidade de discursos apresentarem duas formações discursivas distintas.



Figura 5. Capa da *Carta Capital* edição 902 (maio de 2016)

No dia 19 de maio de 2016, mês em que, como dito anteriormente, o golpe foi aprovado pelo Senado, a *Carta Capital* publicou a edição 902. Esta apresenta como notícia principal uma entrevista com Dilma Rousseff e representa a presidenta, temporariamente afastada, com uma expressão serena e racional para legitimar o discurso direto apresentado ao lado da fotografia utilizada pela revista.

Diferentemente do que foi analisado na edição 2417 da revista *IstoÉ*, que reproduziu vontades de verdade misóginas e machistas, que produzem relações de poder excludentes, através da utilização do fenômeno *gaslighting*, representando Dilma Rousseff como “louca” e “descontrolada” para torná-la incapaz de continuar ocupando a presidência, a edição 902 da *Carta Capital* representou a presidenta com uma expressão lúcida e racional.

Ao materializar uma fotografia de Dilma Rousseff respondendo às perguntas da entrevista, com uma expressão lúcida, gesticulando de maneira racional e com os olhos fixos para um ponto determinado, a revista produz um efeito de sentido que vai de encontro ao que estava sendo massificado sobre ela na grande mídia. Nesta revista, a presidenta foi representada com uma postura segura e determinada, sem medo ou preocupação. E ao contrário do “descontrole” e

da “loucura” reproduzidos pela *IstoÉ*, aqui ela se mostra racional e capaz de ocupar o maior lugar de poder de uma democracia representativa: a presidência de um país.

Além da transgressão materializada pela postura de Dilma Rousseff na capa da revista, a edição 902 da *Carta Capital* dá voz, de fato, a ela. Historicamente, as mulheres foram silenciadas e foi retirado delas o direito à voz, à opinião, à existência enquanto sujeito e não outro de alguma relação etc. Portanto, no momento em que a revista publica uma edição para apresentar a opinião de Dilma, materializada através de uma entrevista, sobre o processo de *impeachment*, a *Carta Capital* demonstra de que lado se encontra no jogo político-midiático.

Esta edição não trata apenas de uma representação da presidenta, mas, sobretudo, da opinião dela sobre o processo de golpe que está sendo instaurado contra o governo do PT, no Senado. É a partir dos enunciados materializados entre aspas, para marcar o discurso direito de Dilma, que podemos observá-la como sujeito. Pois neste momento não apenas se fala dela, através da sua representação, mas lhe é possibilitado um espaço para que se posicione e converse “diretamente” com o(a) assinante.



Figura 6. Capa da *Carta Capital* edição 909 (julho de 2016)

Em julho de 2016, mês em que a presidenta Dilma entregou as suas alegações finais na Câmara, a *Carta Capital* publicou sua edição de número 909. Esta tem como chamada principal “Especial: o cheiro do golpe” e representou Dilma Rousseff de maneira lúcida e serena, ocupando o primeiro plano na composição da fotografia materializada na capa da revista.

Ao publicar uma edição especial com o título “o cheiro do golpe”, a *Carta Capital* produz efeitos de sentido que evidenciam, discursivamente, como a revista se posiciona de forma

negativa em relação ao processo de *impeachment* que estava sendo instaurado na Câmara. Nas análises apresentadas anteriormente das três capas da *IstoÉ*, observamos que a revista produziu efeitos de sentido na tentativa de criar consensos sobre o golpe e de apresentar o processo como legítimo e justo. Já a edição 909 da *Carta Capital* foi publicada apresentando um posicionamento bastante contrário ao processo de *impeachment*, deixando evidente que se tratou de um golpe ilegítimo e injusto contra a presidenta Dilma Rousseff.

O termo “golpe” foi utilizado pelos movimentos sociais de esquerda para evidenciar o fato de o *impeachment* ter sido uma articulação política contra o projeto social e neodesenvolvimentista, e não neoliberal, do Partido dos Trabalhadores. Portanto, a escolha por utilizar o termo “golpe” evidenciou que a formação discursiva que constitui a revista é majoritariamente de esquerda.

Entretanto, ao materializar o enunciado “Dilma Rousseff à comissão do *impeachment*”, novamente, podemos constatar a elasticidade das fronteiras da formação discursiva defendida por Courtine em 1981. A *Carta Capital*, por historicamente produzir discursos de esquerda, deveria utilizar apenas o termo “golpe”, entretanto utilizou *impeachment* e, diante disso, fomos capazes de enxergar como, mesmo situada em condições de produção ideologicamente e politicamente de esquerda, a revista pode reproduzir um discurso de uma formação discursiva distinta.

Mais uma vez, como foi observado na edição 902 da *Carta Capital*, a revista deu visibilidade ao discurso direto de Dilma, através da transcrição das palavras dela para a comissão do *impeachment*. Ao materializar as palavras da presidenta, a *Carta Capital* rompe com uma vontade de verdade historicamente cristalizada de que mulheres não têm direito a voz. Além disso, a revista apresenta os argumentos de Dilma Rousseff para sua defesa.

Os argumentos transcritos na capa da revista, primeiro reativa a memória dos momentos difíceis da vida da presidenta. Faz o assinante lembrar da luta de Dilma para sobreviver à ditadura militar, depois para vencer o câncer, além disso, associa todas as memórias ruins desses momentos com o processo de golpe, lembrando, que mais uma vez, que a presidenta está tendo que lidar com injustiças políticas depois de ter passado por esses dois processos anteriormente.

5. CONCLUSÕES

A partir das análises construídas durante a pesquisa, utilizando como fundamentação teórica a Análise do Discurso de linha francesa, foi possível observar como de fato a grande mídia funciona como uma “tecnologia de poder”, interferindo diretamente no imaginário social para sedimentar e massificar discursos a fim de produzir “verdades” e “realidades” sobre acontecimentos.

Partindo desse pressuposto, observou-se como a revista *IstoÉ* produziu e massificou discursos a fim de criar uma verdade absoluta, tentando produzir uma opinião pública uniforme e homogênea, sobre o processo de golpe que estava sendo instaurado contra Dilma com o objetivo de torná-lo inquestionável e, assim, legítimo e justo.

Além disso, analisamos como a revista se utilizou a cor vermelha, cor utilizada pelo Partido dos Trabalhadores e pelos movimentos sociais de esquerda, para construir uma memória negativa que se aproximou da ameaça comunista produzida para legitimar o golpe militar no

Brasil. A utilização das bandeiras e das figuras representativas de esquerda também produziu efeitos de sentido ligados à ideia de constante ameaça à ordem do país.

Observou-se, sobretudo, que a *IstoÉ* reproduziu discursos produzidos pelo patriarcado, utilizando-se do fenômeno *gaslighting*. Dilma Rousseff, na edição 2417 foi representada como louca e descontrolada. Deste modo, analisamos que a revista fez emergir discursos pertencentes a uma formação discursiva machista para, com isso, deslegitimar a presença de uma mulher na presidência. Não se tratou apenas de se posicionar contra a esquerda, mas, sobretudo, contra mulheres ocupando espaços de poder.

A *Carta Capital*, diferentemente do que foi analisado na *IstoÉ*, utilizou o vermelho para destacar a importância e o simbolismo dessa cor para os movimentos de esquerda, articulando-a com a representação da presidenta da época com a cabeça arqueada para baixo e com a expressão de tristeza, para, deste modo, evidenciar que o processo de *impeachment* foi ilegítimo e injusto.

Além disso, ao utilizar o termo golpe e apresentar a opinião de Dilma Rousseff sobre ele, a revista deixou claro seu posicionamento contrário ao processo. A *Carta Capital*, também, ao materializar o discurso direto da presidenta, apresentou-a como sujeito com direito a voz e, sobretudo, legitimou uma mulher ocupando o mais alto cargo de poder de uma democracia representativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beauvoir, Simone de. 1967a. *O segundo sexo: a experiência vivida*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- Beauvoir, Simone de. 1967b. *O segundo sexo: fatos e mitos*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- Coulomb-Gully, Marlène. 2014. Gênero, política e análise do discurso das mídias, em Carlos Piovezani e Luzmara Curcino e Vanice Sargentini (Orgs.), *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*, São Carlos, EdUFSCAR: 147-162.
- Coulomb-Gully, Marlène e Juliette Rennes. 2010. Genre, politique et analyse du discours. Une tradition épistémologique français gender blind, em *Mots: les langages du politique*, 94: 175-182.
- Courtine, Jean-Jacques. 2006. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*, São Carlos, Claraluz.
- Courtine, Jean-Jacques. 2009. *Análise do Discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, São Carlos, EdUFSCar.
- Courtine, Jean-Jacques. 2011. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário, em Carlos Piovezani e Luzmara Curcino e Vanice Sargentini (Orgs.), *Discurso, semiologia e história*, São Carlos, Claraluz: 145-162.
- Foucault, Michel. 2004. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, São Paulo, Loyola.
- Gregolin, Maria do Rosário. 2007. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades, em *Comunicação, mídia e consumo*, 14.11: 11-25.
- Pêcheux, Michel. 1997. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas, Editora da UNICAMP.
- Scott, Joan. 1988. Genre: une catégorie utile d'analyse historique, em *Les cahiers du GRIF*, 37: 125-153.